Demonstrações Financeiras

MEZ 2 Energia S.A.

31 de dezembro de 2024 com Relatório do Auditor Independente

Demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2024

Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras	1
Balanço patrimonial	
Demonstração do resultado	
Demonstração do resultado abrangente	
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	
Demonstração dos fluxos de caixa	
Notas explicativas às demonstrações financeiras	



São Paulo Corporate Towers Av. Presidente Juscelino Kubitschek, 1909 Vila Nova Conceição, São Paulo - SP, 04543-011

Tel: +55 11 2573 3000 ev.com.br

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas da **MEZ 2 Energia S.A.** São Paulo – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da MEZ 2 Energia S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.



Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.



- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 26 de junho de 2025.

ERNST & YOUNG Auditores Independentes S/S Ltda. CRC SP-034519/O

Francisco F. A. Noronha Andrade Contador CRC PE-026317/O

Balanço patrimonial 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2024	31/12/2023
Ativo			
Circulante	_		
Caixa e equivalentes de caixa	4	3.589	167
Concessionárias e permissionárias	5	853	-
Tributos e contribuições a compensar	40	97	102
Partes relacionadas	13	271 7.555	278 6.096
Ativo contratual Outros Ativos Circulantes	6 7	2.063	6.096
Total do ativo circulante	,	14.428	6 6 4 2
rotal do ativo circulante		14.420	6.643
Não circulante			
Ativo contratual	6	90.217	70.677
Total do ativo não circulante		90.217	70.677
Total do ativo		104.645	77.320
Passivo Circulante Fornecedores Empréstimos e financiamentos Obrigações fiscais, trabalhistas e sociais Provisões pré-operacionais Partes relacionadas Outros passivos circulantes PIS e COFINS diferidos	8 9 10	2.893 2.360 220 4.213 1 71 275	1.078 5.915 736 - - 30 223
Total do passivo circulante	• •	10.033	7.982
Não circulante			
Empréstimos e financiamentos	9	26.187	20.489
Imposto de renda e contribuição social diferido	11	3.044	2.278
PIS e COFINS diferidos	11	3.294	2.579
Total do passivo não circulante		32.525	25.346
Patrimônio líquido			
Capital social	12	49.651	22.401
Adiantamento para futuro aumento de capital	12	4.500	14.750
Reserva de lucros		7.936	6.841
Total do patrimônio líquido		62.087	43.992
Total do passivo e patrimônio líquido		104.645	77.320

Demonstração do resultado Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2024	31/12/2023
Receita operacional líquida	14	24.806	31.073
Custo de implementação de infraestrutura Custos de operação e manutenção	15	(20.505) (286)	(43.532)
Resultado bruto		4.015	(12.459)
Administrativas e gerais Outras receitas operacionais	16	(510) (11)	(28) 299
·		(521)	271
Resultado antes do resultado financeiro		3.494	(12.188)
Receitas financeiras Despesas financeiras	17 17	(3) (1.431)	-
·		(1.434)	-
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social		2.060	(12.188)
Imposto de renda e contribuição social corrente Imposto de renda e contribuição social diferido	18 11	(200) (765)	(291) (966)
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	<u> </u>	1.095	(13.445)

Demonstração do resultado abrangente Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais)

	31/12/2024	31/12/2023
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	1.095	(13.445)
Total do resultado abrangente do exercício	1.095	(13.445)

Demonstração das mutações do patrimônio líquido Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais)

	Nota	Capital social	Reserva legal	Reserva de lucros a realizar	Lucros (prejuízos) acumulados	Adiantamento para futuro aumento de capital	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2022		2.700	1.014	19.272	-	-	22.986
Accessore de conital	40	40.704					40.704
Adjustamento pera futura aumanto de capital	12	19.701	-	-	-	- 14.750	19.701 14.750
Adiantamento para futuro aumento de capital Prejuízo do exercício		-	-	-	(13.445)	14.730	(13.445)
Absorção do prejuízo do exercício	12	-	-	(13.445)	13.445		(13.443)
Absorção do prejuizo do exercicio	12	_	_	(13.443)	13.443	_	_
Saldos em 31 de dezembro de 2023		22.401	1.014	5.827	-	14.750	43.992
Adiantamento para futuro aumento de capital	12	-	-	-	_	17.000	17.000
Aumento de capital	12	27.250	-	-	-	(27.250)	-
Lucro líquido do exercício		-	-	-	1.095	-	1.095
Reserva legal	12	-	55	-	(55)	-	-
Reserva de lucros a realizar	12	-	-	1.040	(1.040)	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024		49.651	1.069	6.867	-	4.500	62.087

Demonstração dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais)

	31/12/2024	31/12/2023
Fluxo de caixa das atividades operacionais	-	
Lucro líquido do exercício	1.095	(13.445)
Encargos de empréstimos e financiamentos	2.444	2.702
Custos de captação de empréstimos e financiamentos	-	365
PIS e COFINS diferidos	767	1.189
IRPJ e CSLL diferidos	766	966
_	5.072	(8.223)
Aumento nos ativos		-
Contas a receber	(853)	-
Ativo de contrato	(20.999)	(32.562)
Impostos a recuperar	5	(52)
Partes relacionadas	7	(167)
Outros ativos	(2.063)	-
	(23.903)	(32.781)
Aumento nos passivos		
Fornecedores	1.815	26
Obrigações Fiscais, sociais e trabalhistas	(516)	485
Provisões pré-operacionais	4.213	-
Outras obrigações	42	(19)
_	5.554	493
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais	(13.277)	(40.511)
Caixa liquido aplicado has atividades operacionais	(13.277)	(40.311)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Adiantamento para futuro aumento de capital	17.000	14.750
Captação de de empréstimos e financiamentos	6.907	21,276
Amortização do principal sobre empréstimos e financiamentos	(5.437)	(15.060)
Amortização de juros sobre empréstimos e financiamento	(1.771 <u>)</u>	(3.393)
	40.000	4
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamentos	16.699	17.573
Variação líquida de caixa e equivalentes de caixa	3.422	(22.938)
Caixa e equivalentes no início do exercício	167	23.105
Caixa e equivalentes no fim do exercício	3.589	167
· · · · · · · · · · · · · · · · · · ·		

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2024 (Em milhares de reais)

1. Contexto operacional

A MEZ 2 Energia S.A. ("Companhia" ou "Transmissora"), controlada pela MEZ T1 Participações Ltda, é uma sociedade Limitada, constituída em 04 de fevereiro de 2020 e está estabelecida na Avenida Ibirapuera, 1753 - 13° Andar - Indianápolis - São Paulo - SP.

A Companhia tem por objeto social a construção, projeto, implantação, operação, manutenção e exploração, de instalações de transmissão de energia elétrica da rede básica do Sistema Interligado Nacional e de mais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle telecomunicação, administração, apoio e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica. Essa atividade é regulamentada pela Agencia Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), vinculada ao Ministério de Minas e Energia (MME).

1.1. Da concessão

Por meio do Contrato de Concessão do Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica nº 02/2020 - ANEEL, datado de 20 de março 2020, foi outorgada à Companhia a concessão de Serviço de Transmissão de Energia Elétrica pelo prazo de 30 anos, que consiste na construção, operação, manutenção e pelas demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio dos seguintes empreendimentos:

 SE Olindina (Novos Pátios 230 kV e 69kV) e Seccionamento das LTs 230 kV Cícero Dantas - Catu C1/C2 na SE Olindina.

A Companhia entrou em operação através de TLR (Termo de liberação regulatório) em 17 de maio de 2024. A entrada em operação era prevista para marco de 2023.

Tal atraso deve-se principalmente pela alteração de escopo promovido pela ANEEL, após o leilão, resultando em alterações do projeto e lincenciamentos, principalmente ambientais e efeitos do COVID-19 sobre o andamento de tais processos administrativas.

Com base nas premissas destacadas acima, a administração da Companhia entende que a probabilidade de perdas relacionadas ao pagamento da multa prevista acima, bem como outras penalidades previstas no contrato de concessão, é possível. Adicionalmente, a administração da Companhia entende que os seguros, incluindo o Seguro de Garantia, firmados pela Companhia são suficientes para cobrir eventuais multas aplicadas pela ANEEL, em decorrência dos assuntos citados acima.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2024 (Em milhares de reais)

1. Contexto operacional--Continuação

1.1. Da concessão--Continuação

A Receita Anual Permitida (RAP) foi determinada em aproximadamente R\$5.380 para todos os trechos (valor histórico), que será acrescido de PIS e COFINS. A RAP será corrigida anualmente pelo IPCA, no mês de julho de cada ano e será passível de revisão tarifária que ocorrerá no 5°, 10° e 15° ano da concessão.

A Transmissora deverá executar reforços e melhorias nas instalações de transmissão da rede básica objeto desse contrato, nos termos da Resolução Normativa nº 643/2014, auferindo as correspondentes receitas e tendo em vista a adequada prestação do serviço público de transmissão de que é titular.

A extinção da concessão determinará, de pleno direito, a reversão ao Poder Concedente dos bens vinculados ao serviço, procedendo-se aos levantamentos e às avaliações, bem como à determinação do montante da indenização devida à Transmissora, observados os valores e as datas de sua incorporação ao sistema elétrico.

Sem prejuízo das penalidades cabíveis e das responsabilidades incidentes, a ANEEL poderá intervir na concessão, nos termos da Lei nº 8.987/1995, a qualquer tempo, para assegurar a prestação adequada do serviço público de transmissão ou o cumprimento, pela Transmissora, das normas legais, regulamentares e contratuais, após prévio pagamento da indenização das parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não depreciados, que tenham sido realizados pela Transmissora.

A critério exclusivo da ANEEL e para assegurar a continuidade e a qualidade do serviço público, o prazo da concessão poderá ser prorrogado por, no máximo, igual período, de acordo com o que dispõem os arts. 6º e 11 da Lei nº 12.783/2012, mediante requerimento da Transmissora. A eventual prorrogação do prazo da concessão estará subordinada ao interesse público e à revisão das condições estipuladas no contrato de concessão.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2024 (Em milhares de reais)

1. Contexto operacional—Continuação

1.1. Da concessão--Continuação

Atualmente a empresa encontra-se 100% em operação e com base nos fatos e circunstâncias existentes nesta data, a administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e está convencida de que suas operações têm capacidade de geração de fluxo de caixa suficiente para honrar seus compromissos de curto prazo, e assim dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, caso necessário, a Companhia poderá receber aportes de capital de seus acionistas para suportar as suas obrigações de curto prazo.

1.2. Encargos Regulamentares

Os montantes que serão faturados pela Companhia estão sujeitos aos seguintes encargos regulatórios:

<u>Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica (TFSEE) -</u> taxa de fiscalização incidente sobre a transmissão de energia elétrica, devida mensalmente, sendo seu valor fixado pelos despachos emitidos no início de cada ano pela ANEEL e proporcionais ao porte do serviço concedido, considerando o valor econômico agregado pelo concessionário, sendo seu percentual anual equivalente a 0,4% da receita operacional.

<u>Pesquisa & Desenvolvimento do setor elétrico (P&D)</u> - investimento aplicado em pesquisa e desenvolvimento do setor elétrico equivalente ao percentual anual de 1% da receita operacional líquida.

<u>Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT)</u> - o FNDCT foi criado com o objetivo de apoiar financeiramente programas e projetos prioritários de desenvolvimento científico e tecnológico nacionais, tendo como fonte de receita os incentivos fiscais, empréstimos de instituições financeiras, contribuições e doações de entidades públicas e privadas, sendo seu percentual anual equivalente a 0,4% da receita operacional.

<u>Ministério de Minas e Energia (MME)</u> - recolhimento a fim de custear os estudos e pesquisas de planejamento da expansão do sistema energético, bem como os de inventário e de viabilidade necessários ao aproveitamento dos potenciais hidrelétricos, sendo seu percentual anual equivalente a 0,4% da receita operacional.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2024 (Em milhares de reais)

2. Apresentação das demonstrações financeiras

2.1. Base de elaboração e apresentação

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

A Companhia não possui outros resultados abrangentes, portanto, o único item de resultado abrangente total é o resultado do exercício.

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto quando indicado de outra forma, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir.

As demonstrações financeiras foram aprovadas pela administração em 26 de junho de 2025.

2.1. Moeda funcional e de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados pela moeda funcional da Companhia que é o Real, moeda do principal ambiente econômico no qual atua.

2.2. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

A preparação das demonstrações financeiras requer que a administração faça julgamentos, utilizando estimativas e premissas baseadas em fatores objetivos e subjetivos e em opinião de assessores jurídicos, para determinação dos valores adequados para registro de determinadas transações que afetam ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais dessas transações podem divergir dessas estimativas.

Esses julgamentos, estimativas e premissas são revistos ao menos anualmente e eventuais ajustes são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2024 (Em milhares de reais)

2. Apresentação das demonstrações financeiras--Continuação

2.3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas--Continuação

Julgamentos, estimativas e premissas considerados críticos estão relacionados aos seguintes aspectos:

- Constituição de ativo ou passivo fiscal diferido
- Contabilização de contratos de concessão

Na contabilização dos contratos de concessão, a Companhia efetua análises que envolvem o julgamento da administração, substancialmente, no que diz respeito a aplicabilidade da interpretação de contratos de concessão, determinação e classificação de receitas de implementação da infraestrutura, ampliação, reforços e melhorias como ativo contratual.

Momento de reconhecimento do ativo contratual

A administração da Companhia avalia o momento de reconhecimento dos ativos da concessão com base nas características econômicas de cada contrato de concessão. O ativo contratual se origina na medida em que a concessionária satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto. O ativo contratual é registrado em contrapartida a receita de implementação da infraestrutura, que é reconhecida conforme os gastos incorridos. A parcela do ativo contratual indenizável é identificada quando a implementação da infraestrutura é finalizada.

Determinação da taxa de desconto do ativo contratual

A taxa aplicada ao ativo contratual é a taxa de desconto que seria refletida em uma transação de financiamento separada entre a entidade e seu cliente no início do contrato, 8,31 %. Essa taxa refletiria as características de crédito da parte que recebe financiamento no contrato, bem como qualquer garantia ou garantia fornecida pelo cliente ou pela entidade, incluindo os ativos transferidos no contrato. A taxa para precificar o componente financeiro do ativo contratual é estabelecida na data do início de cada contrato de concessão. Quando o Poder Concedente revisa ou atualiza a receita que a Companhia tem direito a receber, a quantia escriturada do ativo contratual é ajustada para refletir os fluxos revisados, sendo o ajuste reconhecido como receita ou despesa no resultado.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2024 (Em milhares de reais)

2. Apresentação das demonstrações financeiras--Continuação

2.3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas--Continuação

Determinação das receitas de implementação da infraestrutura

Quando a concessionária presta serviços de implementação da infraestrutura, é reconhecida a receita de implementação da infraestrutura pelo valor justo e os respectivos custos relativos aos serviços de implementação da infraestrutura prestados, resultando numa margem de lucro da implementação da infraestrutura quando confrontada com o valor justo da contraprestação dos serviços via Receita Anual Permitida (RAP). As variações positivas ou negativas em relação à margem estimada são alocadas no resultado quando incorridas.

Determinação das receitas de operação e manutenção

Após a entrada em operação, quando a concessionária presta serviços de operação e manutenção, é reconhecida a receita pelo valor justo, tendo como um dos parâmetros os valores estimados pelo Poder Concedente e os respectivos custos, conforme contraprestação dos serviços.

Conforme previsto no contrato de concessão, o concessionário atua como prestador de serviço. O concessionário implementa, amplia, reforça ou melhora a infraestrutura (serviços de implementação da infraestrutura) usada para prestar um serviço público além de operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação e manutenção) durante determinado prazo. A transmissora de energia é remunerada pela disponibilidade da infraestrutura durante o prazo da concessão.

O contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para realização dos serviços públicos, sendo os bens revertidos ao Concedente após o encerramento do respectivo contrato. O concessionário tem direito de operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do Poder Concedente, nas condições previstas no contrato de concessão.

O concessionário deve registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente e CPC 48 - Instrumentos Financeiros e ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão. Caso o concessionário realize mais de um serviço regidos por um único contrato, a remuneração recebida ou a receber deve ser alocada a cada obrigação de performance com base nos valores relativos aos serviços prestados caso os valores sejam identificáveis separadamente.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2024 (Em milhares de reais)

2. Apresentação das demonstrações financeiras--Continuação

2.3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas--Continuação

Determinação das receitas de operação e manutenção

O ativo de concessão registra valores a receber referentes a implementação da infraestrutura e a receita de remuneração dos ativos da concessão.

3. Principais políticas contábeis

3.1. Instrumentos financeiros

a) Ativos financeiros

i) Classificação e mensuração

Conforme o CPC 48 os instrumentos financeiros são classificados em três categorias: mensurados ao custo amortizado; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ("VJORA") e ao valor justo por meio do resultado ("VJR").

A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais e do modelo de negócio para a gestão destes ativos financeiros. A Companhia apresenta os instrumentos financeiros de acordo com as categorias anteriormente mencionadas:

Ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a ser obrigatoriamente mensurados ao valor justo. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado. As variações líquidas do valor justo são reconhecidas no resultado.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2024 (Em milhares de reais)

3. Principais políticas contábeis--Continuação

3.1. Instrumentos financeiros--Continuação

a) Ativos financeiros -- Continuação

Custo amortizado

Um ativo financeiro é classificado e mensurado pelo custo amortizado, quando tem finalidade de recebimento de fluxos de caixa contratuais e gerar fluxos de caixa que sejam "exclusivamente pagamentos de principal e de juros" sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada em nível de instrumento. Os ativos mensurados pelo valor de custo amortizado utilizam método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução de valor recuperável. A receita de juros é reconhecida através da aplicação de taxa de juros efetiva, exceto para créditos de curto prazo quando o reconhecimento de juros seria imaterial.

ii) Redução ao valor recuperável de ativos financeiros (impairment)

Conforme o CPC 48 o modelo de "perdas esperadas" se aplica aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais.

iii) Baixa de ativos financeiros

A baixa (desreconhecimento) de um ativo financeiro ocorre quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando são transferidos a um terceiro os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual, substancialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia em tais ativos financeiros transferidos é reconhecida como um ativo ou passivo separado.

b) Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados como ao valor justo por meio do resultado quando são mantidos para negociação ou designados ao valor justo por meio do resultado. Os outros passivos financeiros (incluindo empréstimos) são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2024 (Em milhares de reais)

3. Principais políticas contábeis--Continuação

3.2. Caixa e equivalentes de caixa

O caixa e os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. São considerados equivalentes de caixa as aplicações financeiras de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento em três meses ou menos, a contar da data de contratação.

3.3. Ativo de concessão - contratual

Conforme previsto no contrato de concessão, o concessionário atua como prestador de serviço. O concessionário implementa, amplia, reforça ou melhora a infraestrutura (serviços de implementação da infraestrutura) usada para prestar um serviço público além de operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação e manutenção) durante determinado prazo. A transmissora de energia é remunerada pela disponibilidade da infraestrutura durante o prazo da concessão.

O contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para realização dos serviços públicos, sendo os bens revertidos ao poder concedente após o encerramento do respectivo contrato. O concessionário tem direito de operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do Poder Concedente, nas condições previstas no contrato de concessão.

O concessionário deve registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente, CPC 48 - Instrumentos Financeiros e ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão. Caso o concessionário realize mais de um serviço regidos por um único contrato, a remuneração recebida ou a receber deve ser alocada a cada obrigação de performance com base nos valores relativos aos serviços prestados caso os valores sejam identificáveis separadamente.

O ativo de concessão registra valores a receber referentes à implementação da infraestrutura, a receita de remuneração dos ativos da concessão e a serviços de operação e manutenção, classificados em:

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2024 (Em milhares de reais)

3. Principais políticas contábeis--Continuação

a) Ativo de concessão - financeiro

A atividade de operar e manter a infraestrutura de transmissão tem início após o término da fase de construção e entrada em operação da mesma. O reconhecimento do contas a receber e da respectiva receita originam somente depois que a obrigação de desempenho é concluída mensalmente. De forma que estes valores a receber, registrados na rubrica "Serviços de O&M", são considerados ativo financeiro a custo amortizado.

b) Ativo de concessão - contratual

A concessão da Companhia foi classificada dentro do modelo de ativo contratual. O ativo contratual se origina na medida em que a concessionária satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto, porém o recebimento do fluxo de caixa está condicionado à satisfação da obrigação de desempenho de operação e manutenção. Mensalmente, à medida que a Companhia opera e mantém a infraestrutura, a parcela do ativo contratual equivalente à contraprestação daquele mês pela satisfação da obrigação de desempenho de construir torna-se um ativo financeiro, pois nada mais além da passagem do tempo será requerida para que o referido montante seja recebido. Os benefícios deste ativo são os fluxos de caixa futuros.

O valor do ativo contratual das concessionárias de transmissão de energia é formado por meio do valor presente dos seus fluxos de caixa futuros. O fluxo de caixa futuro é estimado no início da concessão, ou na sua prorrogação, e as premissas de sua mensuração são revisadas na Revisão Tarifária Periódica (RTP).

Os fluxos de caixa são definidos a partir da Receita Anual Permitida (RAP), que é a contraprestação que as concessionárias recebem pela prestação do serviço público de transmissão aos usuários. Estes recebimentos amortizam os investimentos nessa infraestrutura de transmissão e eventuais investimentos não amortizados (bens reversíveis) geram o direito de indenização do Poder Concedente ao final do contrato de concessão. Este fluxo de recebimentos é (i) remunerado pela taxa que representa o componente financeiro do negócio, estabelecida no início de cada projeto; e (ii) atualizado pelo IPCA.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2024 (Em milhares de reais)

3. Principais políticas contábeis--Continuação

3.3. Ativo de concessão - contratual--Continuação

A implementação da infraestrutura, atividade executada durante fase de obra, tem o direito a contraprestação vinculado a performance de finalização da obra e das obrigações de desempenho de operar e manter, e não somente a passagem do tempo, sendo o reconhecimento da receita e custos das obras, relacionadas à formação deste ativo através dos gastos incorridos.

As receitas com implementação da infraestrutura e receita de remuneração dos ativos de concessão estão sujeitas ao diferimento de Programa de Integração Social - PIS e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS cumulativos, registrados na conta "impostos diferidos" no passivo não circulante.

3.4. Demais ativos circulantes e não circulantes

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

3.5. Passivos circulantes e não circulantes

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço.

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

3.6. Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários não circulantes estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros implícita dos respectivos ativos e passivos.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2024 (Em milhares de reais)

3. Principais políticas contábeis--Continuação

3.7. Provisão para redução ao valor recuperável ("impairment")

A administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos financeiros e não financeiros com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para perda ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável e as respectivas provisões são apresentadas nas notas explicativas. Para o exercício não houve a identificação de ativos a terem ajustes no valor recuperável.

3.8. Reconhecimento de receita

As receitas são reconhecidas quando ou conforme a entidade satisfaz as obrigações de performance assumidas no contrato com o cliente, e somente quando houver um contrato aprovado; for possível identificar os direitos; houver substância comercial e for provável que a entidade receberá a contraprestação à qual terá direito. As receitas da Companhia são classificadas nos seguintes grupos:

a) Receita de infraestrutura

Refere-se aos serviços de implementação da infraestrutura, ampliação, reforço e melhorias das instalações de transmissão de energia elétrica. As receitas de infraestrutura são reconhecidas conforme os gastos incorridos e calculadas acrescendo-se as alíquotas de PIS e COFINS ao valor do investimento, uma vez que os projetos embutem margem suficiente para cobrir os custos de implementação da infraestrutura e encargos, considerando que boa parte de suas instalações é implementada através de contratos terceirizados com partes não relacionadas. As variações positivas ou negativas em relação à margem estimada são alocadas no resultado ao fim de cada obra.

Toda a margem de construção é reconhecida durante a obra e variações positivas ou negativas são alocadas imediatamente ao resultado, no momento que incorridas. Para estimativa referente a Receita de Construção, a Companhia utilizou um modelo que apura o custo de financiar o cliente (no caso, Poder Concedente). A taxa definida para o valor presente líquido da margem de construção (e de operação) é definida no momento inicial do projeto e não sofre alterações posteriores, sendo apurada de acordo com o risco de crédito do cliente e prazo de financiamento.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2024 (Em milhares de reais)

3. Principais políticas contábeis—Continuação

3.8. Reconhecimento de receita

b) Remuneração dos ativos de concessão

Refere-se aos juros reconhecidos pelo método linear com base taxa de desconto de 8,31 % que representa a remuneração dos investimentos da infraestrutura de transmissão, por considerar as especificidades do negócio. A taxa busca precificar o componente financeiro do ativo contratual, determinada na data de início de cada contrato de concessão e não sofre alterações posteriores. A taxa incide sobre o montante a receber do fluxo futuro de recebimento de caixa.

3.9. Despesas operacionais

As despesas operacionais são reconhecidas e mensuradas de acordo com o regime de competência, apresentadas líquidas dos respectivos créditos de PIS e COFINS quando aplicável. A Companhia classifica seus gastos operacionais na Demonstração de Resultado por função, ou seja, segregando entre custos e despesas de acordo com sua origem e função desempenhada, em conformidade com o requerido no artigo 187 da lei 6.404/76. Os gastos realizados para implementação de infraestrutura são reconhecidos como ativo pois resultam em benefícios econômicos futuros.

3.10. Imposto de renda e contribuição social

Correntes

A Companhia adota regime tributário do lucro presumido para cálculo do imposto de renda e contribuição social. O cálculo do imposto de renda tem como base 8% da receita total e sobre esse resultado é aplicada a alíquota de 25%, enquanto para o cálculo da contribuição social utiliza como base 12% da receita total e sobre o resultado aplicamos a alíquota de 9%.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2024 (Em milhares de reais)

3. Principais políticas contábeis--Continuação

3.10. Imposto de renda e contribuição social--Continuação

Diferidos

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no período no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada exercício, ou quando uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada.

Os impostos diferidos ativos e passivos são compensados apenas quando há o direito legal de compensar o ativo fiscal corrente com o passivo fiscal corrente e quando eles estão relacionados aos impostos administrados pela mesma autoridade fiscal e a Companhia pretende liquidar o valor líquido dos seus ativos e passivos fiscais correntes.

3.11. Impostos sobre a receita

a) <u>Impostos sobre serviços</u>

Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre serviços, exceto quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não forem recuperáveis junto às autoridades fiscais, hipótese em que o imposto sobre serviços é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso.

3.12. Despesas e receitas financeiras

As receitas financeiras abrangem basicamente as receitas de juros sobre aplicações financeiras e é reconhecida no resultado através do método de juros efetivos. As despesas financeiras abrangem basicamente as despesas bancárias, juros, multa e despesas com juros sobre empréstimos e financiamentos que são reconhecidos pelo método de taxa de juros efetivos. A Companhia classifica os pagamentos dos juros como fluxo de caixa das atividades de financiamento porque são custos da obtenção de recursos financeiros.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2024 (Em milhares de reais)

3. Principais políticas contábeis—Continuação

3.13. Novas e interpretações novas e revisadas pelo IASB --Continuação

3.13.1. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2024

A Companhia adotou a partir de 1º janeiro de 2024 as normas abaixo, entretanto, não há efeito material nas demonstrações financeiras.

- Alterações ao IFRS 16: Passivo de Locação em um Sale and Leaseback (Transação de venda e retroarrendamento). As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras anuais que se iniciam em ou após 1 de janeiro de 2024 e devem ser aplicadas retrospectivamente a transações sale and leaseback celebradas após a data de aplicação inicial do IFRS 16 (CPC 06);
- Alterações ao IAS 1: Classificação de Passivos como Circulante ou Não-Circulante. As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras anuais que se iniciam em ou após 1 de janeiro de 2024 e devem ser aplicadas retrospectivamente;
- Alterações ao IAS 7 e IFRS 7: Acordos de financiamento de fornecedores. As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras anuais que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2024.

3.13.2. Normas emitidas ou alteradas, mas ainda não vigentes

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar estas normas e interpretações novas e alteradas, se aplicável, após emissão pelo CPC quando entrarem em vigor. A Companhia ainda não concluiu a sua análise sobre os eventuais impactos decorrentes da adoção das referidas normas.

- CPC 26 Apresentação das Demonstrações Contábeis Classificação nas receitas e despesas, divulgação medidas de desempenho e agrupamento de informações nas Demonstrações Financeiras, data de vigência a partir de 01 de janeiro de 2027.
- IFRS 19 Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações permite que uma subsidiária elegível forneça divulgações reduzidas ao aplicar as Normas Contábeis IFRS nas suas demonstrações financeiras. Início da vigência em 01 de janeiro de 2027.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2024 (Em milhares de reais)

4. Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2024	31/12/2023
Caixa e bancos	609	67
Aplicações financeiras em CDB	2.980	100
	3.589	167

As aplicações estão representadas por CDB de renda fixa de curto prazo e de baixo risco, remunerados às taxas de juros projetadas para seguir principalmente à variação até 99% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI). As aplicações financeiras são de curto prazo, de alta liquidez e prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, estando sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. As aplicações financeiras são registradas pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor justo.

5. Concessionárias e permissionárias

	31/12/2024	31/12/2023
Concessionárias e permissionárias	853	-
	853	-

Os valores a receber, referem-se as operações de nossa subestação que entrou em operação em 2024.

	31/12/2024	31/12/2023
A vencer	853	-
	853	-

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, nenhuma provisão para créditos de liquidação duvidosa -PCLD foi constituída, em decorrência da não apresentação de histórico de perdas e/ou expectativas de perdas nas contas a receber, da avaliação e monitoramento do risco de crédito tendo em vista que os recebíveis são garantidos por meio do Operador Nacional do Sistema (ONS).

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2024 (Em milhares de reais)

6. Ativo contratual

	31/12/2024	31/12/2023
Saldo Inicial	76.773	44.211
Receita de Implementação de Infraestrutura	17.264	28.368
Remuneração do Ativo de Concessão	7.947	4.194
Receita de Operação e Manutenção	579	-
(-) Faturamento	(4.791)	-
	97.772	76.773
Circulante	7.555	6.096
Não Circulante	90.217	70.677
	97.772	76.773

7. Outros ativos circulantes

	31/12/2024	31/12/2023
Seguros e Aluguéis	57	-
Almoxarifado	2.006	<u>-</u>
	2.063	-

8. Fornecedores

31/12/2024	31/12/2023
2.893	1.078
2.893	1.078
	2.893

Os valores referem-se substancialmente a fornecimento de serviços para a obra.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2024 (Em milhares de reais)

9. Empréstimos e Financiamentos

a) Composição

Instituições financeiras	Moeda	Vencimento	Taxa de juros a.a.	31/12/2024	31/12/2023
Banco ABC Brasil - CCB	BRL	27/03/2024	Taxa = 3,10% por 360 dias (TR 100% DI-OVER-		
			CETIP)	-	4.962
Banco do Brasil	BRL	01/10/2041	IPCA + 2.6751%	28.547	21.442
			- -	28.547	26.404
		Circulante		2.360	5.915
		Não circulan	te	26.187	20.489
			-	28.547	26.404

b) Movimentação 2024

be offering a fire and the	Saldos em	01	Custo de	Encargos de empréstimos e	Amortização	Amortização	Saldos em
Instituições financeiras	31/12/2023	Captação	captação	financiamentos	de juros	de principal	31/12/2024
Banco ABC Brasil – CCB	4.962	-	-	573	(98)	(5.437)	-
Banco do Brasil	21.442	6.907	-	1.871	(1.673)	-	28.547
_	26.404	6.907	-	2.444	(1.771)	(5.437)	28.547

Movimentação 2023

				Encargos de			
~	Saldos em	• • ~	Custo de	empréstimos e	Amortização	Amortização	Saldos em
Instituições financeiras	31/12/2022	Captação	captação	financiamentos	de juros	de principal	31/12/2023
Banco ABC Brasil – CCB	20.514	-	365	2.536	(3.393)	(15.060)	4.962
Banco do Brasil	=	21.276	-	166	-	-	21.442
·	20.514	21.276	365	2.702	(3.393)	(15.060)	26.404

A Companhia celebrou junto ao Banco ABC o contrato de de empréstimo "ponte" com taxas de 100% CDI + *Spread* 3,10%, para arcar com os fluxos iniciais do projeto até a estruturação do empréstimo de longo prazo. Este empréstimo foi quitado em maio de 2024.

A Companhia firmou em 29 de março de 2022 o contrato de de abertura de credito fixo FNDE junto ao Banco do Brasil no valor de R\$ 27.935 (R\$ 20.000 desembolsados em 2023, e restante a desembolsar mediante cumprimento de clausulas contratuais), com juros TFD (taxa de financiamento direta) relativas as parcelas dos recursos e pagamentos semestrais a se iniciar em outubro de 2024 e vencimento final em outubro de 2041.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2024 (Em milhares de reais)

9. Empréstimos e Financiamentos--Continuação

Em 31 de dezembro de 2024, a administração, com base em sua interpretação dos termos previstos no contrato de financiamento, dentre os quais a fórmula de cálculo do ICSD, concluiu que está adimplente com as cláusulas restritivias ("covenants") previstas no referido contrato.

Os vencimentos das parcelas de circulante e não circulantes são os seguintes:

	31/12/2024	31/12/2023
2024	-	5.915
2025	2.360	1.596
2026	1.596	1.596
2027	1.596	1.596
2028	1.596	1.596
Após 2028	21.399	14.105
	28.547	26.404

Garantia:

Marcos Ernesto Zarzur e Barolo Participações LTDA., como Avalistas e Devedores Solidários perante todas Obrigações Garantidas pelo Contrato.

10. Provisões pré-operacionais

As provisões pré-operacionais são decorrentes dos custos de construção incorridos na fase de implantação, para os quais ainda não houve desembolso financeiro. Tais desembolsos ocorrerão de acordo com negociações comerciais e serão substituídas pelo faturamento de fornecedores.

	31/12/2024	31/12/2023
Provisões pré-operacionais	4.213	-
	4.213	-

11. Impostos correntes e diferidos

	Nota	31/12/2024	31/12/2023
Pis e Cofins	11.1	3.569	2.802
Imposto de renda e Contribuição social	11.2	3.044	2.278
•		6.613	5.080

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2024 (Em milhares de reais)

11. Impostos correntes e diferidos--Continuação

11.1. Pis e Cofins diferido

Refere-se a PIS e COFINS diferidos reconhecidos sobre a receita de construção e a remuneração do ativo contratual sob a alíquota de 3,65%.

	31/12/2024	31/12/2023
Saldo anterior	2.802	1.614
Receita de Implementação de Infraestrutura líquida de Margem	17.264	28.368
Receita de Remuneração do ativo de contrato	7.947	4.194
Receita de Operação e Manuntenção	579	-
(-) RAP do exercício	(4.792)	-
Base de cálculo	20.998	32.562
Aliquotas PIS e COFINS	3,65%	3,65%
PIS e COFINS diferidos	766	1.189
Saldo final	3.569	2.802
	31/12/2024	31/12/2023
Circulante	275	223
Não Circulante	3.294	2.579

11.2. Imposto de renda e contribuição social diferidos

São registradas diferenças temporárias considerando as alíquotas vigentes dos tributos citados, de acordo com as disposições do CPC 32. São reconhecidos de acordo com a transação que os originou. O imposto de renda e a contribuição social diferidos, ativos e passivos, são apresentados pela sua natureza e o valor total é apresentado pelo montante líquido após as devidas compensações, conforme requerido pelo CPC 32.

A base de calculo do imposto de renda e da contribuição social diferidos, se refere ao montante acumulado de ativo de contrato em 31 de dezembro de 2024 sob o percentual de presunção de 8% e 12% respectivamente provenientes do regime de incidência de lucro presumido.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2024 (Em milhares de reais)

11. Impostos correntes e diferidos—Continuação

11.2. Imposto de renda e contribuição social diferidos--Continuação

	31/12/2024		31/12/2	023
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Receitas diferidas	25.790	25.790	31.073	31.073
Percentual de presunção	8%	12%	8%	12%
Base de cálculo presumida	2.063	3.095	2.486	3.729
Alíquotas utilizadas para cálculo	25%	9%	25%	9%
	516	279	621	336
Outros	(19)	(11)	6	3
Imposto de renda e contribuição social diferidos	497	268	627	339

12. Patrimônio líquido

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2024 o capital social subscrito é de R\$ 49.651 (R\$ 22.401 em 31 de dezembro de 2023), dividido em 49.651.000 quotas ordinárias no valor nominal de R\$1,00 cada.

O capital social da Companhia é composto como se segue:

		31/12/2024			31/12/2023	
	Quantidade de quotas	R\$ mil	% do capital social	Quantidade de ações	R\$ mil	% do capital social
MEZ T1 Transmissora e Participações S.A.	49.651.000	49.651	100%	22.401.000	22.401	100%
. ,	49.651.000	49.651	100%	22.401.000	22.401	100%

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2024 (Em milhares de reais)

12. Patrimônio líquido—Continuação

b) <u>Destinação do lucro</u>

A destinação do lucro da Companhia, conforme contrato social, será decidida pelos acionistas na AGO.

	31/12/2024	31/12/2023
(=) Lucro/Prejuízo do exercício (-) Constituição da reserva legal (5% do lucro líquido)	1.095 (55)	(13.445)
(-) Constituição da reserva de lucros a realizar(-) absorção do prejuízo do exercício	- (1.040)	- 13.445
	-	-

Reserva legal

A reserva legal é constituída em 5% do lucro líquido do exercício, apurada em cada exercício social, antes de qualquer destinação, até o limite de 20% do capital social. Em 31 de dezembro de 2024 o saldo desta reserva é de R\$ 1.069 (R\$ 1.014 em 31 de dezembro de 2023).

Reserva de lucros a realizar

O lucro apresentado no exercício foi integralmente destinado a reserva de lucros a realizar após a reserva legal, de acordo com os incisos I e II do parágrafo 1º do artigo 197 da Lei 6.404/76.

Com base na Lei nº 6.404/76 a reserva de lucros a realizar deve ser apenas utilizada para absorver prejuízos e pagar dividendos. Em 31 de dezembro de 2024 o montante desta reserva é de R\$ 6.877 (R\$ 5.827 em 31 de dezembro de 2023).

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2024 (Em milhares de reais)

12. Patrimônio líquido—Continuação

c) Adiantamento para futuro aumento de capital

Os valores mencionados abaixo, são referentes a adiantamentos para futuro aumento de capital e serão integralizados ao longo do exercício seguinte.

	31/12/2024	31/12/2023
30 de junho de 2023	-	2.000
21 de julho de 2023	-	5.000
03 de agosto de 2023	-	1.500
30 de agosto de 2023	-	500
11 de setembro de 2023	-	500
18 de setembro de 2023	-	1.000
27 de setembro de 2023	-	1.500
10 de outubro de 2023	-	250
19 de outubro de 2023	-	1.000
10 de novembro de 2023	-	1.000
11 de dezembro de 2023	-	500
13 de agosto de 2024	200	-
30 de agosto de 2024	1.600	-
13 de setembro de 2024	200	-
23 de setembro de 2024	200	-
01 de outubro de 2024	1.700	-
27 de novembro de 2024	600	<u>-</u> _
	4.500	14.750

13. Transações com partes relacionadas

Em 31 de dezembro de 2024 a companhia possuía o montante de R\$271 com a MEZ Participações, referente ao compartilhamento de despesas amparado pela RN 699 da ANEEL. (R\$278 em 31 de dezembro de 2023).

A remuneração da Alta Administração é desembolsada pela controladora do grupo econômico MEZ Energia e Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2024 (Em milhares de reais)

14. Receita operacional líquida

	31/12/2024	31/12/2023
Receita operacional bruta	·	
Receita de Implementação de Infraestrutura	17.264	28.368
Remuneração dos ativos de contrato	7.947	4.194
Receita de operação e manutenção	579	-
. ,	25.790	32.562
(-) PIS sobre receita – diferido	(167)	(512)
(-) Cofins sobre receita – diferido	(774)	(977)
(-) Encargos regulatórios	`(43 [°])	-
	(984)	(1.489)
Receita líquida	24.806	31.073

15. Custo de implementação de infraestrutura

	31/12/2024	31/12/2023
Máquinas e equipamentos	11.644	20.969
Pessoal	72	78
Material	929	2.451
Serviços de terceiros	7.044	17.006
Juros capitalizados	948	2.164
Tributos	21	40
Outros	(153)	824
	20.505	43.532

16. Despesas Administrativas

	31/12/2024	31/12/2023
Material	(8)	-
Serviços	(372)	(28)
Aluguéis	(63)	-
Seguros	(50)	
Tributos	(17)	-
	(510	(28)

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2024 (Em milhares de reais)

17. Resultado financeiro

	31/12/2024	31/12/2023
Receitas financeiras		
Rendimentos de aplicações financeiras	(3)	-
	(3)	-
Despesas financeiras		
Juros e atualização monetária sobre empréstimos e debêntures	(1.405)	-
Outras despesas financeiras	(26)	
	(1.431)	-
	(1.434)	-

18. Imposto de renda e contribuição social correntes

	31/12/20)24	31/12/2	023
Receita realizada	4.792	4.792	-	
Percentual de presunção	8%	12%	8%	12%
Base de cálculo total	383	575	-	
Receitas financeiras	116	116	903	903
Base de cálculo	499	691	903	903
Alíquota utilizada para o cálculo	25%	9%	25%	9%
Imposto de renda e contribuição social efetiva	125	62	226	81
Outros ajustes	2	11	(16)	0
Imposto de renda e contribuição social corrente	127	73	210	81

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2024 (Em milhares de reais)

19. Instrumentos financeiros

Esta nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos a seguir

a) Gerenciamento de riscos

Visão geral

A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

- (i) Risco de crédito.
- (ii) Risco de mercado.
- (iii) Risco operacional.

Estrutura de gerenciamento de risco - o gerenciamento de risco da Companhia visa identificar e analisar os riscos aos quais está exposta, para definir limites e controles de riscos apropriados e para monitorar riscos e aderência aos limites. A Companhia, por meio do gerenciamento de suas atividades, objetiva desenvolver um ambiente de controle disciplinado e construtivo, no qual todos os empregados entendam os seus papéis e obrigações.

A Administração acompanha o cumprimento do desenvolvimento de suas atividades de controle de riscos e revisa a adequação da estrutura de gerenciamento de risco em relação aos riscos enfrentados pela Companhia.

O gerenciamento de riscos é feito com base também no nível e no contexto dos grupos de controle dos acionistas da Companhia.

i) Riscos de crédito

É o risco de a Companhia incorrer em perdas decorrentes de um cliente ou de uma contraparte em um instrumento financeiro, oriundas da falha destes em cumprir com suas obrigações contratuais. O risco é basicamente proveniente das contas a receber de clientes, ativo financeiro e de instrumentos financeiros, conforme apresentado a seguir:

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2024 (Em milhares de reais)

19. Instrumentos financeiros—Continuação

<u>Caixa e equivalentes de caixa -</u> representado pelas contas correntes e aplicações financeiras de primeira linha, o que mitiga o risco que a contraparte falhe ao cumprir com suas obrigações.

As principais vantagens desses mecanismos de proteção estão descritas a seguir:

ii) Risco de mercado

A utilização de instrumentos financeiros, pela Companhia, tem como objetivo proteger seus ativos e passivos, minimizando a exposição a riscos de mercado, principalmente no que diz respeito às oscilações de taxas de juros, índices de preços e moedas.

Risco de taxa de juros - refere-se aos impactos nas taxas de juros variáveis sobre as receitas financeiras oriundas das aplicações financeiras.

Análise de sensibilidade de taxa de juros variável - aplicações financeiras e empréstimos e financiamentos

A análise de sensibilidade foi determinada com base na exposição às taxas variáveis dos instrumentos financeiros em aberto no fim do período de relatório. A análise é preparada assumindo que o valor dos ativos a seguir esteve em aberto durante todo o período, ajustado com base na taxa CDI estimada para um cenário provável do comportamento do risco que, caso ocorra, pode gerar resultados adversos para a Companhia. O CDI utilizado para cálculo do cenário provável é referenciado por fonte externa independente, cenário este que é utilizado como base para a definição de dois cenários adicionais com deteriorações de 25% e 50% na variável de risco considerada (cenários A e B, respectivamente). Nos cálculos dos cenários foi considerada uma rentabilidade de 100% do CDI e as outras variáveis envolvidas em cada transação não foram alteradas para os cálculos a seguir.

Fonte: a taxa utilizada no cenário provável foi estimada com base nas expectativas de mercado, conforme dados divulgados pelo BACEN.

Com relação às aplicações financeiras, os cenários A e B consideram uma redução da taxa CDI em 25% e 50%, respectivamente, conforme abaixo:

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2024 (Em milhares de reais)

19. Instrumentos financeiros—Continuação

31	11	2	12	N	2	Δ

31/12/20 Operação	Exposição (R\$ mil)	Risco	Cenário provável (*)	-25%	-50%
Operação Exposição (Ka IIIII)	Misco	Ochano provaver ()	Cenário A	Cenário B	
Ativos financeiros					
Aplicações financeiras	2.980	Queda da taxa CDI	437	328	218
		Referência para ativos financeiros	Cenário provável	-25%	-50%
		CDI %	14,65%	10,99%	7,33%

Com relação aos empréstimos e financiamentos, os cenários A e B consideram uma elevação do IPCA em 25% e 50%, respectivamente.

31	11	2	12	N	2	1

31/12/2024				25%	50%	
Operação	Exposição (R\$ mil)	Risco	Cenário provável (*)	Cenário A	Cenário B	
Passivos financeiros						
Empréstimos e financiamentos	28.547	Aumento do IPCA	1.416	1.650	1.978	
Referência para ativos financeiros			Cenário provável	25%	50%	
IPCA %			4,96%	5,78%	6,93%	

Risco de inflação - a receita da Companhia é atualizada anualmente por índices de prazos de reembolso que sejam adequados ao seu perfil de geração de caixa e/ou suas obrigações de reembolso de dívida.

iii) Riscos operacionais

Os riscos operacionais são aqueles inerentes à própria execução do negócio da Companhia e podem decorrer das decisões operacionais e de gestão da Companhia ou de fatores externos, tais como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento da Companhia.

Risco técnico - a infraestrutura da Companhia é dimensionada de acordo com orientações técnicas impostas por normas locais e internacionais. Ainda assim, algum evento de caso fortuito ou força maior pode causar impactos econômicos e financeiros maiores do que os previstos pelo projeto original. Nestes casos, os custos necessários para a recolocação das instalações em condições de operação devem ser suportados pela Companhia, ainda que eventuais indisponibilidades de suas linhas de transmissão não gerem redução das receitas (Parcela Variável).

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2024 (Em milhares de reais)

19. Instrumentos financeiros—Continuação

Riscos regulatórios - a Companhia está sujeita à extensa legislação e regulação governamental emitida pelos seguintes órgãos: Ministério de Minas e Energia - MME, ANEEL, ONS e Ministério do Meio Ambiente.

Risco de seguros - a Companhia contrata seguros de risco operacional e de responsabilidade civil para suas linhas de transmissão e subestações. A Companhia adota os critérios de contratação dos seguros de risco operacional e responsabilidade civil com o intuito de utilizar as melhores práticas adotadas por outras Companhias representativas do setor, que consistem em segurar os equipamentos mais relevantes e significativos para a operação, mantendo-os com elevados níveis de segurança aos potenciais sinistros.

Em 31 de dezembro de 2024, o valor de mercado dos ativos e passivos financeiros se aproxima do valor contábil.

Ativos Financeiros

Ativos financeiros são geralmente classificados como mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou ao valor justo por meio do resultado com base tanto: no modelo de negócios da entidade para a gestão dos ativos financeiros; quanto nas características de fluxo de caixa contratual do ativo financeiro, conforme seque:

- Custo amortizado (CA): ativo financeiro cujo fluxo de caixa contratual resulta somente do pagamento de principal e juros sobre o principal em datas específicas e, cujo modelo de negócios objetiva manter o ativo com o fim de receber seus fluxos de caixa contratuais:
- Valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA): ativo financeiro (instrumento financeiro de dívida) cujo fluxo de caixa contratual resulta somente do recebimento de principal e juros sobre o principal em datas específicas e, cujo modelo de negócios objetiva tanto o recebimento dos fluxos de caixa contratuais do ativo quanto sua venda; e
- Valor justo por meio do resultado (VJR): todos os demais ativos financeiros. Esta categoria geralmente inclui instrumentos financeiros derivativos.

Passivos Financeiros

Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado (exceto em determinadas circunstâncias, que incluem determinados passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado) e atualizados pelos métodos de juros efetivos e encargos. Qualquer diferença entre o valor captado (líquido dos custos da transação) e o valor de liquidação, é reconhecida no resultado durante o período em que os instrumentos estejam em andamento, utilizando o método de taxa efetiva de juros. As taxas pagas na captação do empréstimo são reconhecidas como custos da transação.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2024 (Em milhares de reais)

19. Instrumentos financeiros—Continuação

c) Hierarquia do valor justo

A Companhia usa a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo dos instrumentos financeiros pela técnica de avaliação:

		31/1	12/2024	31/12/2023		
		Valor	Valor		Valor	
	Nível	contábil	justo	Valor contábil	justo	
Ativos financeiros						
Valor justo através do						
resultado:	•			400	4.00	
Aplicação financeira em CDB	2	2.980	2.980	100	100	
Ativos financeiros						
Custo amortizado						
Caixas e equivalentes de caixa	_	609	609	67	67	
Concessionárias e		300	000	v.	.	
permissionárias	-	853	853	-	-	
,						
		31/12/2	2024	31/12	2/2023	
	_	Valor	Valor		Valor	
	Nível	contábil	justo	Valor contábil	justo	
Passivos financeiros					-	
Custo amortizado:					-	
Fornecedores	-	2.893	2.894	1.078	1.078	
Empréstimos e financiamentos	-	28.547	28.547	26.404	26.404	

a) Gerenciamento de riscos

Os ativos e passivos financeiros registrados a valor justo foram classificados e divulgados com os níveis a seguir:

- Nível 1 Preços cotados não ajustados em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos.
- Nível 2 Inputs, exceto preços cotados, incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo (diretamente preços ou indiretamente derivado de preços).
- Nível 3 Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2024 (Em milhares de reais)

20. Seguros

A Companhia tem a política de manter cobertura de seguros em montante adequado para cobrir possíveis riscos com sinistros, segundo a avaliação da Administração.

A especificação em 31 de dezembro de 2024 por modalidade de risco e data de vigência dos principais seguros, de acordo com os corretores de seguros contratados pela Companhia está demonstrado a seguir (valores expressos em Reais):

Descrição da garantia

Seguradora: Berkley International do Brasil Seguros S.A.

Apólice: 1005100050942

Modalidade: Responsabilidade Civil Valor segurado*: R\$ 39.191.280,05 Valor do prêmio*: R\$ 17.822,40

Período de vigência: 30/06/2024 a 31/03/2025

Descrição da garantia

Seguradora: Berkley International do Brasil Seguros S.A.

Apólice: 1006700045034

Modalidade: Risco de engenharia

Valor segurado*: R\$ 39.191.280,05

Valor do prêmio*: R\$ 32.227,02

Período de vigência: 30/06/2024 a 31/03/2025

Contador

Pablo Fernandes da Silva

DIRETOR

Mario Sergio Rizk de Abreu